

MT

privada. Logo após, o Senhor Presidente agradeceu a participação do Doutor José Antônio da Silva naquela reunião, havendo a seguir os agradecimentos de mesmo, aplaudido de viva voz pelo Sr. Plenário. Logo após, o Senhor Presidente, transportou os trabalhos ao segmento dedicado à ORDEM DO DIA, que contou do seguinte: Aprovado os Requerimentos nºs: 171/87, de autoria dos Senadores: Quintano Acioli de Oliveira, Alcmeides Ferreira de Souza e 172/87, de autoria do Senador Quintano Acioli de Oliveira. Foram encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça, os seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 100/87, de autoria do Senador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Projeto de Lei nº 102/87, da autoria do Senador Sargio Carrão de Souza e Projeto de Resolução nº 18/87, do mesmo autor. A seguir, o Senador Geraldino Farias Neves, solicitou ao Senhor Presidente a conferência de "quorum". Atendida a solicitação, constatou-se a inexistência de número para deliberar. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerrou a presente reunião em nome de Deus e para constar, mandou que se lavrasse esta Ata que, depois de lida, submetida à apreciação plenária, aprovada, por aclamação, para que produza os seus efeitos legais.

Assinada  
Denise Cordery Moraes

Ata da Décima Sexta Reunião  
Indinária, do Segundo Período  
do Indinário, do ano de mil e  
novecentos e oitenta e sete, rea-  
lizada no dia vinte e quatro de  
setembro do ano em curso.

As dez e meia horas do dia vinte e qua-  
tro de setembro do ano de mil e novecentos e oitenta e sete (1987),  
pela presidência do Senador Guan Bessa de Figueiredo e com a  
ocupação da primeira secretaria pelo Senador Mauro José de Aze-

vedo reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Frio ordinariamente e além disso, responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Aristarco Aciofi de Oliveira, Alcmeides Ferreira de Souza, Acyr Silva da Rocha, Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Ana Celina Mathian dos Santos Correia, Dinley Pereira da Silva, Silvinia dos Santos Siqueira Silva, Virgínia Carneiro de Souza e Walter de Barros Carneiro Cavendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente reunião em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a Ata da Décima Quinta Reunião Ordinária, realizada no dia vinte e dois de setembro do ano em curso. Logo após, o Senhor Presidente determinou a leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguinte: Projeto de Resolução nº 19187, de autoria do Senador Mauro Jone de Aguiar, concedendo título de Cidadão Cabofriense ao Senhor Edmar Ribeiro Brettes e Requerimento nº 73187, da autoria do Senador Virgínia Carneiro de Souza, dispõe sobre concessão de Respeço de Pense à família Condeixa, pelo falecimento do seu filho Jardeley Pereira ocorrido no dia vinte de setembro do ano em curso. Chamada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao regimento dedicado aos Oradores inscritos em livro próprio para uso do tribuna. Fez uso do tribuna como primeiro orador inscrito o Senador Aristarco Aciofi de Oliveira, iniciando sua fala, comunicou ao Plenário a entrega de documento ao Presidente Jone Garney, quando de sua passagem pelo Município de São Pedro d'Aldeia, solicitando providências quanto a exploração de areias das dunas de Cabo Frio. Registrou seu protesto pelo fato da matéria de sua autoria e do Senador Alcmeides Ferreira de Souza, versando sobre pedido de providências ao Senhor Presidente da República, quanto a concessão de alvará concedida pelo Ministério de Minas e Energia a firma Lumar, para exploração das dunas, não ter sido aprovado por falta de "quorum" regimental, considerando infeliz a manobra de alguns Vereadores que naquela reunião se retiraram do Plenário, impedindo assim a votação e prejudicando de forma acintuada a defesa do patrimônio do Município de Cabo Frio. Pronunciando-se ainda relatando a concessão ao Presidente da República na Base Aereo Naval de São Pedro de Aldeia, solicitou forma regulamentar

em Oto que juntamente com os Vereadores Alcmeides Ferraz  
de Souza, Imran Condeiro Moraes, fora barrado por oficial da Base  
Berea e Naval e afirmando textualmente: "Barrados é exata-  
mente o termo que faço questão que conste dos Atas para que  
não se diga amanhã ou depois que houve a utilização de pala-  
vras homônimas ou parecidas, porque infelizmente, o oficial  
na porta da Base nos diz que havia encaminhado a Prefeitura  
Municipal expediente no sentido que... autoridades  
municipais, que primeiro, deveria se referir apenas  
aos Secretários Municipais, mas ao que tudo indica, encaminhou  
também como no esta Carta fosse uma dependência do Executivo  
Municipal, para que então fossem credenciados os Vereadores tive-  
mos a oportunidade de dizer a esse oficial mal informado, talvez  
mal informado porque ao longo de vinte e dois anos outra coisa  
não fizera a mão nem memorprezar o poder público e poder civil,  
doí porque terem esquecido a existência de um Poder independen-  
te, Poder legislativo do Município de Cabo São. Incontinentes e fomos  
até ao Presidente da República". Disse que não notara muito entu-  
siasmo no Governador Boreiro Franco quando da entrega da ma-  
nifestação em nome dos Vereadores do PSDB, não incluindo outros  
compañheiros, porque considerava que os mesmos haviam faltado  
ao comportamento e ao comprometimento com a causa do Município  
e não negarem a votar matéria tão importante. Comunicou tam-  
bém contato com o Ministro de Minas e Energia Auréliano Chaves,  
sentindo na autoridade boa vontade para com o problema dos Dumas  
e ainda, contato com o Ministro Chefe da Carta Militar, General Bay-  
mo Demis expõe o mesmo assunto, recebendo da autoridade ma-  
nifestação de interesse no sentido de ser solucionado o problema da  
exploração predatória dos dumas de Cabo São. Relatou também con-  
tato com o Ministro da Presidência, Rafael de Almeida Magalhães,  
juntamente com os Vereadores Alcmeides Ferraz de Souza e Imran  
Condeiro Moraes, cobrando da autoridade respeito a Requerimento  
de sua autoria, aprovado pela Câmara, abordando questão de autor-  
quia e os prejuízos sofridos pelas segunados. Preteriu, e ainda  
relatando a recepção ao Presidente da República em São Pedro d'Aldeia

no dia vinte e três do mês de setembro do ano em curso, disse haver  
nemtido a falta de interesse quanto a presença dos Vereadores de Ca-  
bo Frio, quando estavam presentes todas as representações políticas  
da Região, e a resistência encontrada pelos representantes de Cabo  
Frio para chegar até ao Presidente da República. Ainda quanto ao Mi-  
nistro Aureliano Chaves, disse que o mesmo receberia a representa-  
ção de Cabo Frio, pois afirmou que para que a audiência fosse mar-  
cada bastaria apenas contato com o seu Gabinete. Protestou contra  
a falta de recursos da Câmara, impedindo que os Vereadores resol-  
vemsem problemas alimentares no Município, pois se algum Vereador  
pretendesse se dirigir a Brasília em caráter oficial, não existiam os  
recursos necessários, e ainda, disse que iria solicitar ao Presidente  
da Casa recursos para que uma Comissão de Vereadores se dirigisse  
ao Planalto, para audiência com o Ministro Aureliano Chaves. Dis-  
se que se fosse necessário pagaria outra vez do seu bolso as despesas  
para tal missão, e que tentaria arranjar recursos necessários para  
cobrir despesas dos seus companheiros, mas que de forma alguma pa-  
garia diante da ameaça de extermínio do patrimônio ecológico do  
Município. Abordou a inauguração do INSTITUTO MÉDICO LEGAL em Ca-  
bo Frio, dizendo ser uma conquista do povo cabofriense, e a partici-  
pação de Lions Clube, Associação dos Amigos de Búzios, Conselho  
Comunitário de Cabo Frio, quando Presidente o Senhor Warner Neves,  
e ainda da participação do orador como autor do Projeto, acompa-  
nhamento do desenvolvimento da obra, paralisada por vários impedimen-  
tos, concluída pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Abordou a seguir  
o que considerava o uso indevido do I.M.L. de Cabo Frio, visto o fa-  
tência do Estado, agora utilizando de forma abusiva tal conqui-  
sta, pois cerca de oito municípios estavam encaminhando para Cabo  
Frio os trabalhos que deveriam ser absorvidos por Araruama. Disse  
também, que o I.M.L. de Cabo Frio não gozava de total independência,  
por que o Estado não permitia o funcionamento do serviço de po-  
nência, considerando importante que de fato o Governo do Estado au-  
sumisse suas responsabilidades junto ao I.M.L. de Cabo Frio, e aos Mu-  
nicipios vizinhos. Disse que encaminharia Expediente ao Governador  
do Estado e o Secretário de Segurança Pública no sentido de que os mun-

M 5

vices do I.M.L. de Cabo Frio fariam adequados a realidade e aim-  
 da, para que os direitos da comunidade de Cabo Frio não fossem  
 usurpados, encerrando o regim nua sala Em seguida, ocupou a  
 tribuna o Vereador Walter de Benna Teixeira, iniciando sua fo-  
 la, parabemizou ao Vereador Quintance Arioli de Oliveira, pelo seu  
 pronunciamento, abordando assuntos dos mais importantes. Pres-  
 seguindo protestou pelo fato de Executiva Municipal não estar nomi-  
 cionando ou publicando leis aprovadas pela Casa, dando como exem-  
 plo, diploma de sua autoria criando o "Dia Municipal do Meio Ambien-  
 te" que não fora publicado e assim sendo, não tendo nenhum valor  
 legal, e que considerava lamentável, ou ainda, que a mesma, segun-  
 do fora informado, não havia sido sancionada pelo Prefeito Municipal.  
 Disse que tais fatos diminuiam o trabalho da Câmara, que não ti-  
 nham os seus trabalhos divulgados. Abordando a presença do Doutor  
 Joni Antônio, Presidente da Associação Médica do Região dos Lagos,  
 em reunião anterior da Câmara, disse que o enculópico fundara a  
 Casa com uma aula de psicologia, enfocando a questão do homem re-  
 lacionado ao Meio Ambiente, e que assim sendo ficava a pensar que  
 no Brasil existia um grupo de impenitentes, que estavam brucan-  
 do de fazer Vereança, de fazer Prefeitura para o povo, sendo necesá-  
 rio a despenitente para a competência da Câmara e sua função le-  
 gislatória, mas que infelizmente, a maioria das leis aprovadas não  
 haviam sido sancionadas. Ainda quanto a regulamentação de leis,  
 disse que cabia ao Presidente da Câmara, de acordo com o Sr. Degrá-  
 ca, solicitar ao Executivo o relaxo das mesmas, dando destaque a  
 lei que criava o Dia Municipal do Meio Ambiente, e que assim proce-  
 dendo haveria a promulgação e o fortalecimento da democracia a-  
 travez do Poder Legislativo Municipal. Quanto a conquista dos "ro-  
 yalties" do Petróleo, para colocar na retina dos administradores,  
 que a economia fora fortalecida graças ao trabalho da Casa e por  
 sua iniciativa, mas, o dia não era comemorado, não se ocendiam  
 fechar no Município no dia em referência, como preconizava sua  
 lei, dizendo ainda de sua tristeza por sentir a desorganização  
 dos Poderes constituidos do País. Prosseguiu, disse que a Câmara  
 como Poder tinha que ser fortalecida e que por tais fatos diminuti-

por muita gente criticava aos Senadores, mas que na realidade não existiam até mesmo condições para a Câmara funcionar adequadamente, mas que não permitiria que a Legislativo fosse desrespeitado nem que houvesse o seu protesto. Quanto a questão dos fundos hipotecou solidariedade ao Senador Aristarco Arioli de Oliveira, afirmando que o assunto estava intimamente ligado ao interesse dos Deputados Federais, os mesmos que haviam recebido votos em Cabo Frio, mas que infelizmente não se manifestavam, e que era lamentável. Dirigindo-se aos funcionários da Previdência Social disse de sua preocupação quanto ao que considerava falta de consideração do Governo para com a classe, enfatizando que o lucro era apenas do outorga, pois quanto mais demorasse a greve, menos material era gasto, e que assim sendo mais sacrifícios eram impingidos aos segurados, encerrando a reunião sua fala, dizendo de necessidade de haver no País um decreto que restabelecesse a vergonha dos homens, visto que era inadiável que a Previdência comprasse imóveis caríssimos e os funcionários continuassem a ganhar pouco. A seguir, ocupou o tribuna o Senador Virgílio Corrêa de Souza, disse que os pronunciamentos dos Senadores Aristarco Arioli de Oliveira e Walter de Benna Roxeira, haviam dignificado o exercício da Senacção e lembrando Capitulano de Albuquerque, disse que realmente a Constituição Brasileira deveria ser apenas um artigo: "Toda cidade é obrigada a ter vergonha na cara e revogam-se as disposições em contrário". Recordando a participação do Doutor José Antônio de Silva, Presidente da Associação Médica, em reunião anterior, prestando esclarecimentos quanto ao descredenciamento de hospitais e médicos, disse ter ficado pálido por saber que uma gestação fora interrompida em seu acompanhamento pelo obstetra, em seu quinto mês, face a atitude da Previdência em descredenciar seus serviços contratados. Considerou que tais descredenciamentos deixavam em situação crítica o atendimento de saúde em Cabo Frio e que era lamentável pois deixava a população desassistida completamente. Disse que tal situação ainda refletia o golpe de 1º de Abril quando falhos socialistas criaram, como o atual Governador do Estado da Bahia que se dizendo convido pela Revolução e da degradação, para fazer "nups-

navit" no Relatório do Previdência contou todos os direitos dos  
 segurados em todo o País. Disse também que quando Ministro da  
 Previdência o Senhor Waldir Pinon se revelou um falso socialista  
 da mesma forma como considerava um forasteiro o atual Ministro  
 da Previdência, Senhor Rafael de Almeida Magalhães, que muito lutou  
 pelo PDS. Disse também que a atual situação da Previdência deve-  
 ria ser creditada aos falanários que haviam se filiado ao PTDB, egres-  
 sos do PDS, como o Senhor José Ribamar, vulgo Baronez, que admitiu  
 o roubo das areias dos dunas, concedendo licença para o fisco de  
 um militar de predação o patrimônio porcinagintico de Cabotino Ren-  
 natto e requir a preocupação do Prefeito Olair Corrêa que dentam-  
 damente enfrentara circunstâncias das mais adversas para impedir  
 principalmente a exploração das dunas. Disse também que a tomba-  
 mento das Dunas, levado a efeito pelo Governo Brizola, sem nenhum  
 efeito prático ou positivo, atentara também contra a autonomia  
 Municipal, hoje, impossibilitando a Executiva de qualquer ação lo-  
 cal para defender as Dunas. Rennatto a requir o gesto dos Vere-  
 dores Aristarco Aciole de Oliveira, Osmar Cordeiro Moraes e Alcmeides  
 Ferreira de Souza levando até ao Presidente um manifesto da Casa  
 quanto a questão que no seu entender envolvia o Ministro Aureliano  
 Chaves, o Deputado Sivo Saldanha e a firma Lunar Ltda. Registrou tam-  
 bém Projeto de lei de sua autoria, criando o Dia Municipal de Samba,  
 como homenagem as raízes culturais da própria Nação Brasileira, em-  
 cionando o requir sua fala logo após, ocupou o tribuna o Vereador  
 Antônio Carlos de Carvalho Trindade, iniciando sua fala, disse que  
 a Bancada do PTDB, não temde mão e que falar em defesa de Exe-  
 cutiva Municipal, denunciam a atenção da comunidade abordando ques-  
 tões de ordem nacional, destacando se apenas a inauguração do IMB,  
 como marco da Administração do Prefeito Olair Corrêa, embora fosse  
 uma construção simples que qualquer família podia permitir. Disse tam-  
 bém que por falta de assunto os Vereadores do PTDB afirmavam que o  
 Deputado Sivo Saldanha tinha "comchavos" com a firma Lunar Ltda e o  
 Ministro Aureliano Chaves quanto a retirada da areia, lembrando que o  
 Prefeito é que tinha poderes, tinha o guarda Municipal e mais que era o  
 Prefeito ligado ao Governo do Estado que tinha as Policias Civil, Militar

que por outro lado o Doutor Ivo era o primeiro Deputado e que a retiro  
da de ocorrência há muitos anos, sempre com o Governo do P.M.D.B. Dizer  
também que o Dr. Ivo salda a procuração a Companhia Nacional de Alcool  
para solucionar o problema e que há em contramão uma autorização minist  
terial do Governo do P.M.D.B, concedendo licença a Ivo para extrair  
na areia de Cabo Frio, e ainda, acreditava haver "comchão", mas com  
o Doutor Ivo ou o Ministro Aureliano Chaves, com alguém pois os co  
muniários continuavam a passar pelas barragens policiais de responsabi  
lidade do Governo do Senhor Moreira Franco. Disse ainda, que na ma  
nifestação promovida pelo Amato em defesa das dunas não fora nota  
da a presença de sequer um representante do P.M.D.B, o que era lamentá  
vel, ao contrário do Doutor Ivo que tudo fazia para mobilizar a opinião  
pública em defesa de tão importante patrimônio. Quanto a documento  
entregue ao Presidente Sarney, disse não aceitar a acusação de que fora  
o oposição que não deu "quorum" para o matéria ser apreciada em Ple  
nário, visto que o P.M.D.B tinha absoluta maioria na Câmara, com dez  
cadeiras, e que tais representantes não havia manifestado interesse na  
aprovação da matéria. Protestou pelo fato do Presidente da Câmara não  
ter aberto recuos para que o Comissão formado para apurar a  
questão da exploração das areias das dunas, pudesse iniciar os seus tra  
balhos, principalmente pela necessidade da dita Comissão ter que se des  
locar para Brasília. Disse não acreditar que os Senadores tivessem sido  
barcados na Base Aérea e Naval de São Pedro D'Aldeia, mas que natural  
mente, por algum equívoco, muito natural em tais ocasiões, tal fato  
diverter ocorrido, mas o que impressionava era o posicionamento da Ban  
cada do P.M.D.B, fazendo crer como sempre, que o oficial encarregado da  
segurança tinha requisições do Governo Militar, esquecendo-se que há três  
anos o P.M.D.B estava no Poder e que nada resolvia em termos de proble  
mas Macaó, esquecendo-se também que Rafael de Almeida Magalhães era  
Ministro da Presidência e chefe do P.D.B, da mesma forma como o Presi  
dente Sarney. Abordando a questão do IBASCAF, motivo de comentários do  
Diretor do Hospital, Doutor José Antônio da Silva, disse que era um absur  
do o município abrigar tantos funcionários, que em sua ociosidade per  
judicavam de maneira visível a questão financeira e comprometendo  
o atendimento e segurança do outorga, encerrando sua fala em requisi



M.J.

da ocupou o tribuna o Senador Dirley Pereira da Silva, iniciando registrou recebimento de ofício do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo São, comunicando a difícil conjuntura financeira pela qual passava a organização, e a falta de apoio por parte da Administração Municipal, afirmando que em próximas reuniões estaria debatendo o assunto com maior profundidade. Falando sobre a questão das Duas, disse que votaria a favor do Requerimento solicitando providências ao Presidente da República, mas, que se tivesse sido convidado a comparecer a Base Aéreo Naval de São Pedro d'Aldeia, não iria porque o acesso ao Senhor Jané Sarney era impossível, pois o mesmo fugia do povo, e ainda, que um andar inteiro do Maribú Palace Hotel estivera ocupado pelos negócios do Presidente, quanto a permissão de mesmo, não se pôde obter, sendo de afirmar que se multiplicava o que configurava um desajuste de direitos públicos, e que também um Presidente legítimo, que fugia do povo e que sua ausência seria uma forma de protesto. Comentando sobre a política Municipal disse que o PMDB, tinha que assumir a responsabilidade pelo que acontecia no Município, e que o mesmo deveria acontecer em nível de Estado, onde o Governo não cumpria as metas prometidas, com a mineração e a violência atingindo níveis alarmantes. Falando sobre as duas, disse que grande responsável em sua opinião ainda era o Prefeito Alain Corrêa, que como todos sabiam apenas queria aparecer a televisão e ver o reconhecimento dos grandes problemas do Município. Com relação a pouca importância dada as leis aprovadas pela Câmara, disse que era comum o Senhor Prefeito não mencionar, como também não das membros votinfeção a Câmara. Registrou ofício de sua autoria solicitando ao Presidente Vinícius Benno de Figueiredo providências quanto a questão, não tendo recebido resposta ainda. Disse que tal comportamento enfraquecia o Poder Legislativo, afirmando que era mais do que nunca a união da Câmara para por fim a tal situação até em respeito ao povo. Protestou contra a nova orientação dada ao Programa da Câmara, difundido pela Rádio Cabo São, afirmando que não ia ao ar o que interessava a alguns, pois as críticas mais contundentes ao Governo Municipal eram cortadas. Finalizando, registrou Ato Público, realizado por estudantes de Cabo São, exigindo de

10  
Poder Municipal e pagamento que era devida, como a lei do passe para o  
bus, concessão de bolsa de estudo a estudantes cabofrienses em outros  
municípios e ainda o pagamento do que preço igual a lei beneficiando com  
por cento da receita tributária o FERIASOS, encerrando o registro sua fala  
seguida, ocupou a tribuna o Senador Anó Celso Nathan dos Santos Correia  
iniciando sua fala, lamentou que as reuniões da Câmara tivessem  
do transmitidas com certo nos diversos segmentos da Plemária. Adian-  
dinhe que necessitando de uma informação quanto ao Projeto "EDUCAR",  
diado na Sociedade Municipal 13 de Novembro, para o local se dirigiu fica-  
no entanto muito triste pelo estado em que se encontrava a rede de  
tituição, ainda apresentando sinais do último vendaval, completamente  
danificada, e inclusive nem o telhado, o que considero ou pantimável ap-  
plando para que fosse prestado ajuda a entidade através do Poder Público M-  
municipal, mas que infelizmente a lei aprovada pela Câmara ainda não foi  
entregue, por descaso com certeza da Prefeitura Municipal. Dinhe do valor  
das Bandas de Música para as comunidades pelo que representavam em cul-  
tura e tradição, lamentando que o Senhor Prefeito Municipal não tivesse  
ao menos sido representado durante as comemorações que marcam  
cinquentenário da Sociedade Municipal Santa Helena, uma das expressões  
cultural da terra cabofriense, lembrando que, quando Senador o Prefeito  
Sain Correia sempre estiverem presente em tais ocasiões. Protestou pelo fato  
de não haver sido mencionado lei de autoria do Senador Walter de Brito  
Correia, criando o Dia Municipal do Meio Ambiente, da mesma forma como o  
Dia Municipal do Royalty, sendo mais do que nunca necessário a crítica de o-  
nicação quanto a tal estado de coisas. Dinhe que não compareceu a inaugu-  
ração do I.M.I. como forma de protesto, visto que, nem e nemde u a obra d-  
tador, na placa indicativo do obra não havia referência aos Senadores do P.M.  
D.B. o que considerava uma posição injurta e radical do Governo do Municí-  
pio. Relatou sua preocupação pelo fato do I.M.I. de Cabo Frio estar recebendo  
compos para manutenção de quase todos os Municípios vizinhos, e que a  
curto prazo criaria uma situação semelhante a exemplo de que estava  
ocorrendo em Ananias com a péssima qualidade dos serviços prestados  
a coletividade. Convidou a todos para que comparecessem no dia vinte e  
nove de setembro, as dezesseis horas para ato público a ser realizado por  
funcionários da Previdência, em sinal de protesto contra o Município de Pre-

28

Indústria Social, Rafael de Almeida Magalhães, encerrando sua sessão após o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao regimento dedicado à Ordem do Dia, que consistiu de seguinte: Aprovados os Requerimentos nºs: 165/87, de autoria do Senador Walter de Benna Veixeira, 166 e 167/87, de autoria do Senador Virgínia Corrêa de Souza, 168/87, de autoria do Senador Quintance Aciole de Oliveira, Alcimides Senna de Souza e 169/87, de autoria do Senador Acyr Silva da Rocha, 170/87, de autoria do Senador dos Senadores Quintance Aciole de Oliveira e Alcimides Senna de Souza e 173/87, de autoria do Senador Virgínia Corrêa de Souza. Aprovadas as Indicações nºs: 124, 125, 127/87, de autoria do Senador Osmar Cordeiro Moraes. Encaminhado o Comissão de Constituição, Justiça e Projeto de Revolução nº 19/87, de autoria dos Senadores Mauro Jani de Aguiar. Aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 57/87, de autoria do Senador Walter de Benna Veixeira, Projetos de Lei nºs: 85, 90, 91 e 92/87, de autoria do Senador Osmar Cordeiro Moraes, Projeto de Lei nº 95/87, contendo Mensagem Executiva nº 73/87, Projeto de Lei nº 96/87, contendo Mensagem Executiva nº 74/87, Projeto de Lei nº 97/87, contendo Mensagem Executiva nº 77/87, Projeto de Lei nº 98/87, contendo Mensagem Executiva nº 78/87. Encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça, Obras, Serviços Públicos, Redação Final, Projeto de Revolução nº 18/87, de autoria do Senador Virgínia Corrêa de Souza, Projeto de Lei nº 94/87, contendo Mensagem Executiva nº 71/87, Projeto de Lei nº 102/87, de autoria do Senador Virgínia Corrêa de Souza, para em conjunto emitirem o seu parecer. Encerrada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao regimento dedicado à Explicação pessoal. Siguna da palavra o Senador Alcimides Senna de Souza, agradeceu palavras dirigidas pelo Senador Ama Celso Mattias Corrêa, quanto a Sociedade Musical 13 de Novembro, presidida pelo onador, e que, entraria em contato com o Senhor Prefeito Municipal visando as obras que venham levadas a efeito na rede da entidade através de ajuda já comprometida do Governo Municipal. Quanto a Sociedade de Santa Helena, disse que o mesmo já havia recebido a subvenção votada pelo Parlamento. Abordando a questão da Constituinte, disse que a Carta Magna deveria conter cinquenta itens básicos: alimentação, moradia, saúde, edu

17-1  
cação e emprego, garantiam primárias para o cidadão. Quanto a crítica de que a Prefeitura mantinha funcionários fantasmas, disse que Prefeito nada mais fazia do que atender o plano social, havendo no entanto exagero por parte dos opositores do Senhor Prefeito Olair Corrêa, encerrando sua fala. Nada mais havendo o Senhor Presidente encerrou a presente reunião em nome de Deus. E, para comtar, mandou que se lavasse esta Ata que, depois de lida, submetida à apreciação plamária aprovada por unanimidade para que produza os seus efeitos legais.

*Luís de S. C.*  
*Olair Corrêa*

Ata da Sétima Reunião Extraordinária, do Segundo Período Ordinário, do ano de mil e novecentos e oitenta e sete (1987) realizada no dia vinte e quatro de setembro do ano em curso.

No dezesseis horas do dia vinte e quatro de setembro, do ano de mil e novecentos e oitenta e sete (1987), sob a presidência do Senador Aines Benno de Figueiredo e, com a ocupação da primeira secretaria pelo Senador Mauro José de Aguiado, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamado nominal os seguintes Senadores: Aristarco Acopi de Oliveira, Aluísio de Faria de Souza, Bayn Silva de Rocha, Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Ama Célio Mathias Corrêa, Dirley Pereira de Silva, Sílvio de Santos Siqueira Silva, Virgínia Correia de Souza e Welton de Berra Feixeira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declarou aberta a presente reunião em nome de Deus. Logo após, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao regamente dedicado a ORDEM DO DIA, que contou de seguinte: Aprovados os pareceres conjuntos favoráveis, nas Comissões Técnicas nos seguintes Projetos: Projeto de Resolução nº 18187, de autoria do Senador Virgínia Correia de Souza, Projeto de Lei nº 9487, contendo Mensagem Executiva nº 7187, Projeto de Lei nº 102187, de autoria do Senador Virgínia Correia de Souza. Nada mais havendo o Senhor Presidente encerrou a